

MANIFESTANTES NA EDUCAÇÃO DO SÉCULO XIX: O MANIFESTO DE JULHO DE 1871

LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque - UERJ

GT: História da Educação / n.02

Agência Financiadora: CNPq

O presente trabalho está inserido em um projeto mais amplo que visa estudar o movimento associativista docente na Corte Imperial. Neste momento analiso a prática dos manifestos, entendendo-os como importantes monumentos, peças emblemáticas para a compreensão da participação organizada de professores nos rumos da educação, seja tratando a educação como coisa pública, objeto de interesse coletivo, seja demarcando posições, clamando pela responsabilidade do Estado diante das questões manifestadas.

Revisitar o passado, rever o que foi manifestado, ou antes disso, o que motivou os manifestos e os seus autores. Manifestos que, presentes ao longo da história da educação brasileira, lançaram movimentos, constituíram identidades, organizaram e agruparam os signatários sob o que foi manifestado. Manifestos como o dos Pioneiros em 1932, o dos inspetores em 1934, a carta brasileira de educação democrática em 1946 e, o dos educadores em 1959, somente para citar alguns que alcançaram grande repercussão, influenciaram profundamente os rumos dos debates sobre a educação nacional.

No que tange a prática de manifestos e a participação de professores organizados, podemos afirmar que esta não foi exclusiva do sistema republicano. Em julho de 1871, um grupo de professores da Corte se reúne e lança um manifesto que, tal qual as iniciativas anteriormente citadas, alcançou grande repercussão na sociedade imperial, fato atestado pelos debates que suscitou na imprensa, entre os professores e as autoridades e, ainda, como seus “irmãos” do período republicano, levou à público denúncias, declarou princípios e, apresentou propostas que visavam alertar as autoridades competentes, esclarecer e mobilizar a opinião pública.

Assim como no manifesto de 1932, o de 1871 encontra-se profundamente marcado pela atmosfera social de sua época. Ambos os períodos estavam carregados pelos debates ideológicos do seu tempo, pela expectativa de mudança na política e na sociedade, enfim,

momentos estes marcados por desejos de transformações sociais.

Em Julho de 1871

“Quando uma sociedade se sente abalada em seus alicerces pela corrupção, que tudo tem invadido, quando a descrença nos homens e nas cousas é geral como acontece entre nós, a salvação da pátria só pode depender do apelo as inteligências ainda tenras das gerações novas”.

Frazão¹

Assim inicia-se o manifesto dos professores públicos de instrução primária da Corte. Datado de 28 de julho de 1871, declara a situação da sociedade imperial e aponta a educação como possibilidade de mudar o estado das coisas. O manifesto que trabalho, está localizado na Biblioteca Nacional e foi impresso pela tipografia de J. Villeneuve e Cia. No formato de um pequeno livro de vinte e uma páginas, sendo composto por 4 cartas assinadas por 3 professores públicos, Candido Matheus de Faria Pardal, João José Moreira e Manoel José Pereira Frazão, que as assinam em *“nome da classe”*. A primeira, datada de 28 de julho de 1871, é dirigida aos concidadãos; a segunda ao Imperador Pedro II, enviada *“poucos dias antes de sua partida para a Europa”*; a terceira é destinada ao corpo legislativo em 20 de junho de 1871; e a última ao conselheiro Paulino em 25 de agosto de 1870.

Sobre a estrutura do manifesto impresso pela tipografia J. Villeneuve, interessante perceber que este constitui-se em uma reunião de várias iniciativas dos professores, todas já haviam sido levadas à público e, naquele momento, foram compiladas para serem divulgadas em conjunto, demonstrando a trajetória por eles percorrida, um certo grau de organização e articulação, não se tratava de iniciativas isoladas e descordenadas e, ainda que se tratasse, pretendiam com a reunião dos textos dar-lhes outra forma. Cabe também observar os destinatários, quem, no entendimento dos professores, são as autoridades interessadas e envolvidas com o poder de modificar a situação: o imperador, os legisladores, o ministro do império e os “concidadãos”, pois, segundo o manifesto, os professores depois de sofrerem e pedirem apoio aos poderes do estado, *“...tomamos a resolução de vir perante vós! Sim , por amor de vós! Sois vós, são vossos filhos os prejudicados com a nossa humilhação”(p.4)*, trazendo os pais, para o debate, tentando demonstrar que seus

¹ Manifesto dos professores públicos primários da corte. Rio de Janeiro: Typografia e Imp. J. Villeneuve & Cia, 1871, p.1

filhos e eles também encontravam-se afetados pelo quadro descrito

Depois da abertura dirigida aos concidadãos, os professores encerram o manifesto com a carta ao conselheiro Paulino Soares de Souza, escrita quase um ano antes das demais. No momento da publicação do manifesto, o Conselheiro Paulino já não ocupava mais o cargo de ministro do império, no Gabinete do Visconde de Itaboraí², Devido a este fato, o manifesto apresenta tal carta com a seguinte ratificação *“Ao Senhor Conselheiro Paulino quando ministro do império”*.

A presença da carta destinada ao conselheiro Paulino, mesmo este já tendo deixado o cargo, e o fato desta ser a mais antiga entre as publicadas, pode ser explicado pela importância do conselheiro para o movimento dos professores. No seu relatório dos negócios do império de 1868, apresentado na legislatura seguinte, o conselheiro Paulino informa: *“Sinto pois ter de dizer-vos que as condições da instrução primaria nessa corte estão ainda longe de satisfazer as necessidades sociaes”*(p.23) e a isso atribui ao fato de terem na Corte poucas escolas, porém, segundo ele, estas ficam aquém do que poderiam apresentar *“por falta de bons professores”*(p. 24). Aparentemente isso serviu como estopim para a revolta dos professores públicos envolvidos no manifesto, tanto que na primeira carta dirigida aos concidadãos, esta denunciava que uma classe inteira de funcionários públicos, *“classe talvez a mais importante dos servidores do estado, vive oprimida, ludibriada, escarnecida, e o que mais é humilhada pela injustiça em que os poderes do estado a apelidão constantemente de ignorante!”*. Ainda segundo o manifesto, *“não há ministro novo que não diga no seu primeiro relatório que somos ignorantes, e que depois não modifique o seu juízo reconhecendo a injustiça que nos fez!”*.

Tal carta foi publicada novamente no Jornal *“A Verdadeira Instrução Pública”* em 1872, dirigido pelo relator do manifesto, o professor Frazão, comemorando um ano de seu lançamento, tendo esta um tom firme, na qual demanda principalmente o aumento dos ordenados, colocando-se contra uma proposta de reforma do ensino que concederia gratificações por serviços prestados, o que, segundo os professores, *“Será, pois, um incentivo... nunca porém um melhoramento para a classe! Este só poderá dar-se com o aumento dos ordenados, por serem os únicos vencimentos que percebe o funcionário*

² O gabinete foi substituído em 29 de setembro de 1870 pelo Gabinete do Visconde de São Vicente, tendo como novo ministro João Alfredo Correia de Oliveira.

publico quando prostrado no leito da dôr”. Reclamam também do valor dos salários que dispõem para pagar a moradia, médico, botica e sustentar mulher e filhos, o qual afirmam, os colocam na miséria: “*Sim, Ex., senhor, é preciso que se diga, toda a verdade a V.Ex.: os professores públicos da côrte vivem na miséria*”. Indagam ainda ao conselheiro se não seria indecoroso ao Estado que: “*(...) os professores, continuem estes a ter de ordenado 66\$666, e sejam forçados a deixar suas mulheres e filhas entregues talvez a prostituição, se lhes não valer o pão da caridade?!*”

As demais cartas seguem uma linha semelhante, porém, sem palavras tão duras como as dirigidas ao conselheiro Paulino. Na carta endereçada ao corpo legislativo, os professores propõem a equiparação salarial com outros funcionários do estado que, segundo eles, não têm trabalho tão desgastante e de tanta responsabilidade e pedem também melhoria ao salário dos adjuntos. Já na carta destinada ao Imperador, eles o descrevem como “*o único protetor da classe*” e, informam que ao término da guerra (Paraguai), os professores:

“se dispunham a implorar a proteção de V.M., quando V.M. se antecipou a pronunciar a palavra instrução...a lei de instrução publica seria reformada e que ia cessar de haver uma classe deslembada, entre as classes de funcionários públicos.”

No entanto, na seqüência, afirmam que a ilusão “*em breve se dissipou*” com o aparecimento do projeto do conselheiro Paulino. Informam também ao imperador que, diante desses fatos, criaram uma comissão para se queixarem, pois, segundo eles, os professores da corte eram os mais mal pagos de todo o império e que, até o continuo do correio ganhava mais que os professores. Encerraram a carta pedindo a equiparação dos vencimentos aos dos segundos oficiais das secretarias de estado.

Desta forma, ao estudar os manifestos dos professores públicos da corte, é possível perceber, por um outro ângulo, que não o da documentação oficial do estado, os problemas e a situação do ensino no século XIX, perceber quais questões mobilizavam os professores, como eles se organizavam diante de tais fatos, e os desdobramentos causados por essas iniciativas. Segundo Nóvoa (1991), no século XIX, foram produzidas mudanças sociológicas no corpo docente primário que criaram condições para o nascimento das primeiras associações profissionais e que, a emergência desse ator corporativo constituiu a

última etapa do processo de profissionalização da atividade docente. Nessa linha de raciocínio, os manifestos podem ser entendidos também como indícios da criação dessas associações, que estariam relacionadas à existência prévia de um trabalho coletivo e do entendimento, por parte dos professores, da existência de problemas comuns a todos e que, organizados, poderiam se fazer melhor representar diante do estado.

A análise dos manifestos fornecem possibilidades para se pensar as condições de surgimento do movimento de professores, das suas formas de organizações, reivindicação e atuação, funcionando como estratégia dos professores em reunir e publicar as suas iniciativas de forma a dar ao público uma idéia da trajetória por eles percorrida em busca de reconhecimento, melhores condições de trabalho e por uma melhor remuneração para a classe. Classe essa, que, ao que parece, ainda hoje, no século XXI, no Brasil republicano, permanece entre as “deslembradas” do poder e que, como no Brasil do império no século XIX, sente a necessidade de se organizar para lutar e sair do esquecimento.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Império. Ministro Paulino José Soares de Souza, Relatório do Anno de 1868, apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 14ª legislatura.

FERNANDES, Rogério (1994). *Os caminhos do ABC: sociedade portuguesa e o ensino de primeiras letras*. Porto, Porto Editora.

_____ (1998) *Ofício de professores: Fim e começo dos paradigmas*. In. SOUZA, Cynthia Pereira, CATANI, Denice Bárbara (orgs) *Práticas e culturas escolares*. São Paulo. Escrituras

GONDRA, J. J. (2003). *Ao Correr da Pena: reflexões relativas às cartas de professores do século XIX*. In: MIGNOT, Ana Crystina Venâncio, CUNHA, Maria Teresa Santos. (orgs) *Práticas de memória docente*. Série Cultura, Memória e Currículo. Rio de Janeiro: Cortez.

Manifesto dos Professores Públicos de Instrução Primaria da Corte (1871). Rio de Janeiro: Typografia. J. Villeneuve& Cia.

MARTINEZ, Alessandra F. (1998) *Educar e Instruir: a Instrução Pública na Corte Imperial (1870 - 1889)*. Niterói: U.F.F. Dissertação de Mestrado.

NÓVOA, António (1991) “Para o Estudo Sócio-Histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente” *Teoria e educação*, Porto Alegre, Nº 4, P. 109-139.